

SEÇÃO II - INFORMATIVO NESEF

A luta de Sísifo para a manutenção da filosofia no Ensino Médio¹⁴

Alexsander Machado
Emerson Nogueira
Luis Otávio M. Fiori¹⁵

Dentre os problemas referentes à luta pela manutenção da filosofia como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio está o de se compreender a complexidade das propostas em curso.¹⁶

É preciso desnudar algumas dessas propostas e reapresentá-las como falaciosas. Nesse sentido importa assumir um ponto de vista histórico e determinado: o ponto de vista dos que estão sendo prejudicados, dos estudantes secundaristas e dos licenciados em filosofia que tiveram seus interesses e seus sonhos arrancados ainda verdes do pé.

Sonhos que serão lançados nas “águas geladas do cálculo egoísta” e da racionalidade puramente técnica.

Sonhos que se transformarão em números nas planilhas das organizações transnacionais e dos bancos privados.

Sonhos que definharão apesar do canto das sereias que entoam promessas de emprego baseadas em uma escolha livre e individual.

Gostaríamos, portanto, de pautar e defender dois pontos extremamente importantes: **1.** especificidade da filosofia; **2.** A questão do ensino médio no projeto neoliberal.

A especificidade da filosofia como disciplina quase sempre foi colocada em

¹⁴ A expressão é uma alusão ao mito grego em que os deuses condenaram Sísifo a empurrar uma pedra até o alto de uma montanha, de onde a pedra rolava. Sísifo, então, era obrigado a recomeçar a mesma tarefa. Esta parece ser a situação da disciplina de filosofia no ensino médio brasileiro: quando a disciplina é retirada, restabelece-se a necessidade de uma ampla mobilização para o seu retorno, até que novamente ela se torne ausente nos currículos.

¹⁵ Os autores são membros do Coletivo NeseF-UFPR e fundadores do Fórum em Defesa das Humanidades, sediado em Curitiba. E-mail: filosofex@gmail.com

¹⁶ Esse texto foi apresentado por estudantes representantes do Cafil UFPR (Centro Acadêmico de Filosofia) no Encontro de Educação Filosófica, organizado pelo NeseF, nos dias 22 e 23 de junho de 2017. Nessa ocasião, foi lançado o Fórum em Defesa do Ensino de Filosofia.

dúvida no processo que constituiu a educação básica no Brasil.

Tivemos pelo menos cinco situações diferentes com respeito ao ensino da filosofia, que poderíamos assim resumir: presença inconstante da Proclamação da República ao golpe militar de 1964; ausência calculada no período da ditadura militar; presença controlada na redemocratização dos anos 1980 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e presença inócua a partir da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). O quinto momento constitui o nosso “assalto ao céu”, pois a filosofia havia, enfim, se tornado uma presença que supúnhamos garantida com a promulgação da Lei 11.684/2008. Esta lei tornou a Filosofia e Sociologia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio.

Resgatar a história dessa luta até 2008 é resgatar a própria filosofia como disciplina. Assim, o movimento estudantil, aqui representado pela fala do Centro Acadêmico de Filosofia – Emmanuel Appel, quer tomar em suas mãos a desafiadora tarefa de se qualificar como o portador do negativo, como sujeito histórico.

Acreditamos iniciar, hoje, o sexto momento dessa luta que podemos chamar de busca pela reconquista de uma presença efetivamente garantida.

Desse histórico de mudanças na disciplina de filosofia, decorrem os seguintes dois pontos: (1) A filosofia no Brasil foi e continuará sendo um processo de luta; (2) Se hoje essa luta parece ser impossível, se nos sentimos perdidos e sem saber por onde começar, se ainda estamos em choque após a imposição da MP 746, é porque em 2008 com a Lei 11.684/08 chegamos no mais alto ponto dessa luta e daí estamos sendo retirados pela violência de um estado sem legitimidade democrática. Ousemos mais uma vez tentar um novo assalto ao céu. Colocar em prática uma nova e legítima desobediência civil.

Realizando uma análise imanente, da especificidade da filosofia como disciplina, é preciso afirmar que o todo, aqui compreendido como a própria disciplina filosofia, é maior do que a simples soma de suas partes, pois ao instituir a filosofia como disciplina no ensino médio, esse movimento se fez no sentido de reafirmá-la em sua plenitude. Dessa forma, quando olhamos para a disciplina filosofia sem levar em consideração essa luta histórica, corremos o risco de ver apenas uma abstração como resultado.

Por isso, defendemos a especificidade da disciplina filosofia enquanto formação crítica e nos posicionamos contra o seu fatiamento em subdisciplinas para servi-las no banquete da instrução técnica e profissional.

A defesa da disciplina de filosofia, de sua especificidade para uma educação emancipadora e humanista são partes de um único e indivisível processo. Retaliar a disciplina filosofia é descaracterizá-la para reintroduzi-la como um mero ornamento da instrução técnica. Assim transplantada a disciplina filosofia perde o seu objetivo, se torna estéril e enganadora. Perde-se a independência do pensar. Corre-se o risco de ao agradar a todos não agradar a ninguém. Isso só fortalece o argumento de que a disciplina filosofia é algo descartável.

Além disso, fatiar a disciplina filosofia, em subdisciplinas, para inseri-la nos itinerários do Ensino Médio é aceitar que as resoluções da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, e que preconiza a descentralização das formas públicas de educação em detrimento de padrões educacionais com uma forte ênfase na economia sejam mais importantes que os 2.600 anos de um saber próprio da filosofia.

É negar que sobre o fértil solo da cultura humana possam florescer belos frutos, mesmo que esses frutos tenham a tez pálida, resultado dos anos de exploração e de abandono a que foram e ainda são submetidos.

Aprofundemo-nos na reflexão sobre o projeto neoliberal para o Ensino Médio.

A questão que se coloca é a questão do fetichismo do emprego. Devemos refletir sobre o poder – quase sobrenatural – que a associação entre emprego e educação exerceu nas propagandas para a aprovação do MP 746, hoje, LEI Nº 13.415/17.

Depois da aprovação da Lei 11.684/2008, que tornou a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, o trabalho para a criação das condições necessárias à implementação dessa lei havia apenas começado, pois foi preciso mais uma vez trabalhar para que as universidades reformulassem os seus currículos, para que novas diretrizes fossem elaboradas, para que os futuros licenciados em filosofia fossem formados, e isto apenas para citar alguns exemplos dessa tarefa hercúlea.

Por outro lado, o projeto neoliberal andava a passos largos desde a década de 90. Confabulava testes que pudessem servir aos seus interesses. Surge, assim, o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. O PISA é um instrumento de controle que a OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – desenvolveu para influenciar as políticas públicas de educação. O objetivo do PISA é criar a instabilidade necessária para justificar a implementação de medidas neoliberais.

Um instrumento semelhante, o Ideb – Índice de desenvolvimento da educação

básica serviu de pretexto para a reformulação do ensino médio no Brasil. Com cifrões nos olhos os escroques, esses apropriadores de bens alheios, disseram em 2016: "O resultado foi uma tragédia. Os números retratam uma estagnação e até um retrocesso". "As políticas públicas dos últimos doze anos fracassaram."

O terreno da educação foi esquadrinhado, medido, calculado e comparado com outros sistemas educacionais sem sequer considerar as características históricas e regionais de cada sistema. As políticas neoliberais radicalizadas por Milton Friedman no século XX foram condensadas em programas de choque que passaram a dominar o discurso público e a definir os limites entre o que podia ser dito, pensado e realizado na educação.

Todos pela Educação!, brada a velha oligarquia, pois afinal é preciso que todos assumam a forma fantasmagórica de um capital humano para que possam competir por um emprego.

A relação entre a reforma do ensino médio e a garantia de um emprego foi mais imposta do que compreendida pela sociedade. Como os futuros empregos dependeriam, em tese, da reforma do ensino médio, esta reforma foi incorporada como uma necessidade universal e indiscutível, exceto pela bela resistência dos estudantes secundaristas. A reforma, dotada de uma força sobrenatural, por obra, também, dos meios de comunicação acabou ludibriando boa parte da sociedade supostamente esclarecida e que sequer buscou entendê-la.

Inclusive o governo golpista, os bancos e as instituições autodeclaradas amigas da educação se reúnem nos dias 22 e 23 de junho de 2017 em São Paulo para avançarem nesse projeto. Nos referimos ao Seminário Internacional Desafios Curriculares do Ensino Médio: a implementação da flexibilização. O seminário, que é promovido pelo Instituto Unibanco, tem entre os palestrantes do setor público o atual presidente do CNE – Conselho Nacional de Educação, Eduardo Deschamps, que também acumula o cargo de vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Se o seminário e o acúmulo de cargos são motivos de desconfiança, cabe ainda ressaltar que o GT Ensino médio do Consed tem como metas: apoiar a implementação da proposta de Ensino Médio nos Estados, garantir a formação técnica para as equipes das Secretarias envolvidas nas temáticas do Ensino Médio e realizar o planejamento da BNCC para o Ensino Médio.

O GT Ensino Médio do Consed está concretizando as suas metas com o apoio do Instituto Unibanco. Fato público que pode ser verificado no site dessa instituição,

conforme matéria veiculada há 3 dias atrás em 19/06/2017: “Representantes de todas as secretarias estaduais de Educação do Brasil participarão do programa de Formação em Planejamento para Implementação em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio, idealizado pelo Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação e realizado pelo Insper – Instituto de ensino superior e pesquisa, com apoio do Instituto Unibanco e do Itaú. Com início no dia 19 de junho e duração de um ano, o curso de especialização foi desenhado para receber um total de 54 técnicos que participarão dos seis módulos presenciais e mais outros 54 alunos (cada estado tem 4 pessoas participando) à distância. O objetivo é munir esses profissionais com mais ferramentas e repertório para realizarem com mais precisão seus planejamentos para a implementação de novas políticas públicas de educação e suas agendas de desenvolvimento do ensino médio”.

Quando esse sistema, que não aceita discussões, que exige obediência dos atores sociais e impõe uma reforma educacional de tamanha proporção sem discutir com os estudantes secundaristas que ocuparam as escolas, mas pratica o conluio com os bancos, isso significa que o totalitarismo neoliberal aliado à imprensa de fato planeja uma escravidão disfarçada de liberdade. Sem, é claro, contar com o talento de George Orwell adotam a sua novafala em sua novilíngua: liberdade é escravidão. Afinal: “com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!”

Mas, voltemos à questão do fetichismo do trabalho. Alertava Marx que

“ [...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos”.

Entretanto, a produção desses meios de subsistência não pode se voltar contra o próprio homem. Se sabemos que tais meios de subsistência são particularmente importantes, é imprescindível lembrar Gramsci: “a escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultural geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme.”

Ousamos acreditar que a escola não deve ser absolutamente a antecâmara da empresa e seu objetivo não é moldar o *homo economicus*. Por isso a importância do

papel questionador da filosofia e das demais disciplinas que também estão sendo retiradas do Ensino Médio. De certa forma, sem esse questionamento “a paz será total” e a ordem permanecerá intacta. Isso significará o fechamento do universo político e a instrumentalização da razão.

Aliás, como disse o professor e geógrafo Milton Santos: “a maneira como as classes médias, no Brasil, se constituíram entroniza a lógica dos instrumentos, em lugar da lógica das finalidades, e convoca os pragmatismos a que se tornem triunfantes”.

Por fim, acreditamos que o combate contra as mudanças impositivas do Estado passa pela esfera política, cultural, institucional e social.

Na esfera política essa luta pode se desenvolver em duas frentes:

A primeira é frente nacional, pois conforme o § 10 do art. 26 da Lei 13.415/17 “a inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação”.

A frente nacional deve ser a herdeira intelectual da antiga SEAF - Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, criada no Rio de Janeiro em 1976, e em Curitiba no departamento de filosofia da UFPR em 1979, quando em plena ditadura e enfrentando a censura e o burocratismo cego que dominavam o meio universitário, um grupo de professores e alunos se organizou nacionalmente em defesa da filosofia.

Cabe também lembrar a Carta de Gramado de 1988 e o Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia de 2000 que publicou a Carta de Piracicaba. Também registramos os encontros do Fórum Sul Brasileiro de Ensino de Filosofia com a publicação das cartas de São Leopoldo (2004) e de Londrina (2006). O Fórum Sul englobava os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Paraná. A sua parceria com Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo e com a APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, foi muito importante para o sucesso do movimento que levou a aprovação da lei em 2008. Detalhes sobre essa aliança podem ser encontrados na Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, especificamente no artigo *Uma conversa-viagem: entre o passado e o futuro do ensino de filosofia*. Trata-se da transcrição de uma conversa-viagem ocorrida em 2008, após o “VIII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o ensino de filosofia. Nesta conversa estão expressas experiências políticas, filosóficas e pedagógicas vividas no Brasil, na Argentina e no Uruguai pelos professores de filosofia Maurício Langón, Laura Agratti, Emmanuel Appel e Sílvio Gallo.

A frente nacional deve se contrapor ao eixo Consed, CNE e Todos Pela Educação. Em resumo: aos interesses do grande capital e de seus bancos que conduzem sem nenhum pudor a reformulação do ensino médio.

Já a frente estadual deve desenvolver uma luta em cada estado, pois ainda conforme o Art. 26 da Lei 13.415/17 “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter a base nacional comum complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

No âmbito estadual é preciso acompanhar a agenda do Conselho Estadual de Educação tentando influenciar no debate sobre as deliberações e sobre as indicações. Entretanto, não só acompanhar. É preciso realizar ações propositivas, formulações conceituais e inclusive submeter consultas e deliberações ao Conselho.

Como exemplo, lembramos que o Estado do Paraná conseguiu aprovar a Lei Estadual n.º 15.228/06, de 25/07/2006, que instituiu as disciplinas de Filosofia e de Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio no Estado do Paraná.

Também destacamos o importante papel que o NESEF – Núcleo de estudos e pesquisas sobre o ensino de filosofia teve e ainda tem na organização de debates, na formação de consciências, na elaboração de materiais sobre o ensino de filosofia. Um incansável Sísifo para a disciplina de filosofia no ensino médio.

A concretização dessa tarefa não será simples. Lembramos que foi necessário um GOLPE para deferir um ataque legal, mas não legítimo, ao ensino médio. Parece, então, que ao se apegar à lei promulgada pelo golpe, como recurso de defesa, isso nos leva a um beco sem saída.

Acreditamos que não. Nesse momento fazer política é reafirmar a esperança da manutenção da filosofia e da sociologia no ensino médio. A esperança de uma educação democrática, pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. Mas, principalmente, de uma sociedade baseada em valores que não podem ser resumidos à “economização” da vida.

Lembremos sempre aos políticos que representam os donos do capital aquilo que eles não devem se esquecer jamais: “que eles não são capazes, sozinhos, de gerenciar bancos, manufaturar carros, realizar pesquisas ou de educar os jovens”.

Não ao golpe. Não ao modelo neoliberal na educação!

Curitiba, 22 de junho de 2017.